



OS ESCRITÓRIOS DE PRÁTICA JURÍDICA COMO INSTRUMENTOS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

Dandara Trentin Demiranda – FURG (bolsista CAPES);

Claudete Rodrigues Teixeira Gravinis;

José Ricardo Caetano Costa – FURG.

Conforme determina o texto constitucional, o advogado é indispensável à administração da justiça. Diante de seu papel de extrema importância para a sociedade, resta necessário um olhar atento acerca da formação desses profissionais. Atualmente, observa-se um engessamento dos cursos de Direito, com o ensino voltado quase que exclusivamente à prática forense, gerando uma impossibilidade de se ver o ensino como fonte de emancipação e transformação social. Em razão desse modelo de ensino mecanizado é que resta evidenciada a importância de iniciativas transdisciplinares, como a criação de escritórios de prática jurídica vinculados as próprias universidades. O objetivo do presente trabalho é analisar de que modo a atuação dos escritórios de prática jurídica podem ser facilitadores/garantidores do direito fundamental à saúde. O trabalho utilizará abordagem qualitativa para a apreciação dos dados pesquisados. Foi realizada pesquisa teórica, mediante técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Foi observado que os escritórios de prática jurídica podem ser utilizados como forma de incentivar uma formação transdisciplinar, de olhar humanista e cunho social, e que podem atuar nas demandas relativas ao direito à saúde tanto na via administrativa quanto na judicial, visando resguardar direitos da população em situação de vulnerabilidade. Como conclusões, percebe-se que os escritórios possuem grande potencial para humanizar a prática jurídica e o ensino do Direito, sendo de grande importância para garantir o acesso da população à direitos fundamentais.

Palavras-chave: direito à saúde; ensino jurídico; escritórios de prática jurídica.

Promoção:



Apoio:

